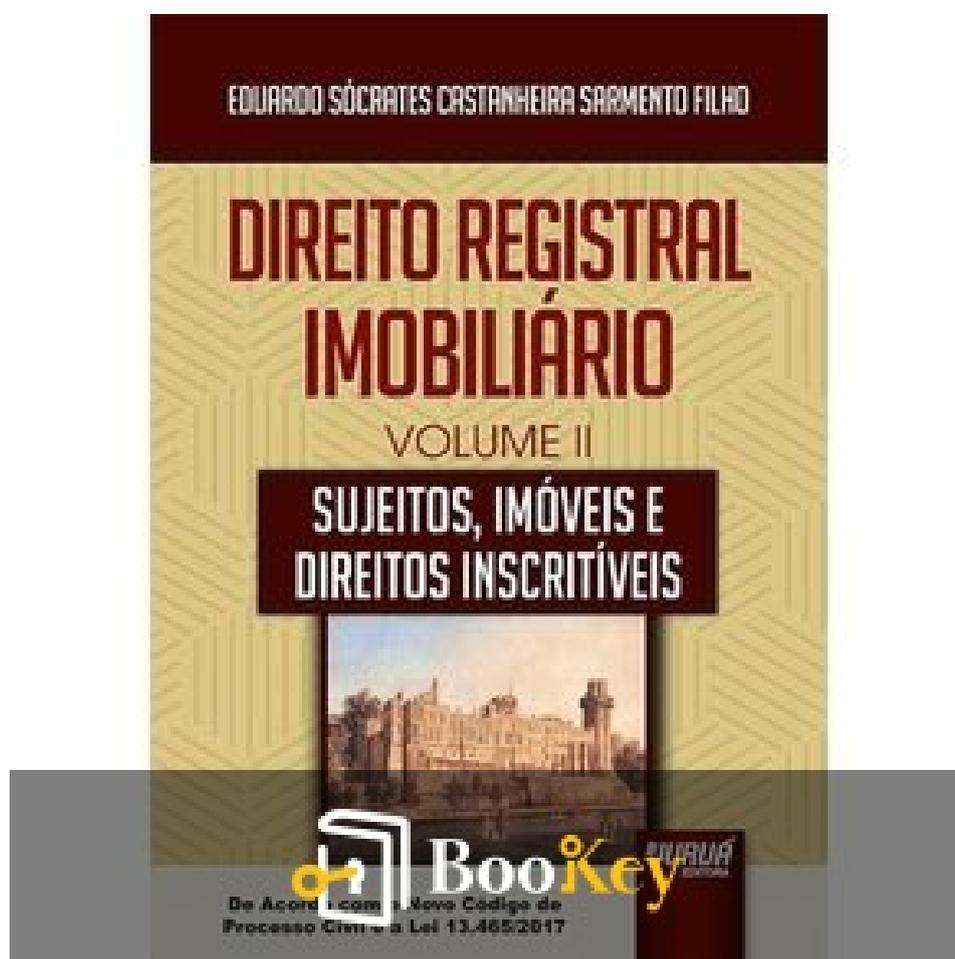


Direito Registral Imobiliário - Volume Ii PDF

EDUARDO SOCRATES CASTANHEIRA
SARMENTO FILHO



Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Sobre o livro

Na primeira parte desta obra, a disciplina foi abordada de maneira convencional, explorando a teoria geral do Direito Registral Imobiliário, sua evolução histórica, sistemas, consequências e os procedimentos especiais delineados na Lei de Registros Públicos. Em contraste, o segundo volume apresenta uma perspectiva inovadora sobre este campo jurídico, analisando minuciosamente cada aspecto de uma matrícula, que inclui: i) o imóvel; ii) os fatos e direitos suscetíveis de registro; e iii) os titulares dos direitos registrados. Essa metodologia de ensino se baseia na conexão entre os temas e a prática cotidiana das serventias, sem negligenciar a rigorosa análise dogmática e a base sólida da pesquisa científica. O objetivo é fornecer ao leitor uma visão abrangente do direito registral imobiliário, integrando a teoria com a experiência prática adquirida pelo autor ao longo de quase duas décadas de atuação como registrador imobiliário.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Por que usar o aplicativo Bookey é melhor do que ler PDF?



Teste gratuito com Bookey



Ad



Experimente o aplicativo Bookey para ler mais de 1000 resumos dos melhores livros do mundo

Desbloqueie **1000+** títulos, **80+** tópicos

Novos títulos adicionados toda semana

Product & Brand

Liderança & Colaboração

Gerenciamento de Tempo

Relacionamento & Comunicação

Estratégia de Negócios

Criatividade

Memórias

Conheça a Si Mesmo

Psicologia Positiva

Empreendedorismo

História Mundial

Comunicação entre Pais e Filhos

Autocuidado

Mindfulness

Visões dos melhores livros do mundo

Desenvolvimento

Os 7 Hábitos das Pessoas Altamente Eficazes



Mini Hábitos



Hábitos Atômicos



O Clube das 5 da Manhã



Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas



Como Não



Teste gratuito com Bookey





Por que o Bookey é um aplicativo indispensável para amantes de livros

-  **Conteúdo de 30min**
Quanto mais profunda e clara for a interpretação que fornecemos, melhor será sua compreensão de cada título.
-  **Clipes de Ideias de 3min**
Impulsione seu progresso.
-  **Questionário**
Verifique se você dominou o que acabou de aprender.
-  **E mais**
Várias fontes, Caminhos em andamento, Coleções...

Teste gratuito com Bookey





As melhores ideias do mundo desbloqueiam seu potencial

Essai gratuit avec Bookey



Digitalizar para baixar

Direito Registral Imobiliário - Volume Ii Resumo

Escrito por IdeaClips

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Quem deve ler este livro **Direito Registral Imobiliário - Volume II**

O livro "DIREITO REGISTRAL IMOBILIÁRIO - VOLUME II" de Eduardo Socrates Castanheira Sarmiento Filho é indicado principalmente para estudantes e profissionais do direito que atuam na área imobiliária, como advogados, notários, registradores e juízes. Além disso, aqueles que desejam aprofundar seus conhecimentos sobre a legislação pertinente ao registro de imóveis e suas implicações práticas encontrarão nesta obra um recurso valioso. O livro é particularmente útil para quem está se preparando para concursos públicos ou para a OAB, bem como para especialistas que buscam atualização sobre as inovações normativas e a jurisprudência recente na matéria.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Principais insights de Direito Registral Imobiliário - Volume Ii em formato de tabela

Capítulo	Resumo
1. Princípios do Direito Registral Imobiliário	Apresenta os princípios básicos que regem o direito registral, como a publicidade, a continuidade, a especialidade e a segurança jurídica.
2. A função do registro imobiliário	Discute a relevância do registro imobiliário na segurança das transações imobiliárias e na proteção dos direitos reais.
3. Tipos de registros	Explora os diferentes tipos de registros que existem, como registros de imóveis, de hipotecas, e de penhor.
4. Ato registral e sua formalização	Descreve o processo de formalização dos atos registrais e a importância da documentação adequada.
5. Efeitos do registro	Analisa os efeitos do registro, como a presunção de veracidade e os efeitos de oposição a terceiros.
6. Registro de imóveis e sua organização	Aborda as características e a organização dos cartórios de registro de imóveis.
7. Procedimento registral	Examina o procedimento a ser seguido para a realização de registros e as etapas necessárias.
8. O princípio da continuidade do registro	Trata da continuidade no registro, garantindo a estabilidade das relações jurídicas e a confiança pública.



Capítulo	Resumo
9. Os obstáculos ao registro	Discute os diversos obstáculos que podem surgir no ato do registro, incluindo questões jurídicas e administrativas.
10. Conclusão e tendências do Direito Registral	Reflete sobre as mudanças e inovações que podem surgir no âmbito do direito registral imobiliário, considerando a evolução da legislação e da sociedade.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Direito Registral Imobiliário - Volume Ii Lista de capítulos resumidos

1. Introdução ao Direito Registral Imobiliário e sua Importância
2. Os Princípios Fundamentais do Registro de Imóveis
3. Análise Detalhada dos Atos Registráveis no Sistema Imobiliário
4. Os Principais Desafios enfrentados pelo Registro Imobiliário
5. A Influência das Novas Tecnologias no Registro de Imóveis
6. Considerações Finais sobre a Evolução do Direito Registral Imobiliário

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

1. Introdução ao Direito Registral Imobiliário e sua Importância

O Direito Registral Imobiliário é um dos ramos fundamentais do Direito que regula as normas e princípios relacionados ao registro de bens imóveis. Seu papel central na organização e segurança jurídica das transações imobiliárias é crucial, uma vez que o registro proporciona a legalidade, a transparência e a segurança no mercado imobiliário, influenciando diretamente a relação entre direitos de propriedade e a proteção de terceiros.

A importância do Direito Registral Imobiliário se reflete na sua função de assegurar a publicidade e a autenticidade dos atos relacionados à propriedade dos imóveis. Ao registrar um imóvel, estabelece-se um vínculo formal entre o proprietário e a coisa, conferindo-lhe uma maior proteção e seguridade frente a possíveis litígios. O registro não apenas formaliza a relação jurídica entre as partes, mas também cria um ambiente de confiança para as transações, essencial em um setor onde grandes capitais estão envolvidos.

Além disso, o Direito Registral Imobiliário atua como um mecanismo de controle e organização social, permitindo que as informações sobre propriedades sejam acessíveis ao público. Isso ajuda na prevenção de fraudes e litígios, uma vez que qualquer interessado pode verificar a situação jurídica de um imóvel, tornando o sistema mais eficiente e confiável.



As implicações de um registro imobiliário eficaz vão além da propriedade: ele impacta diretamente na economia, pois a segurança jurídica confere estabilidade ao mercado de imóveis, o que estimula investimentos e movimentação da economia nacional. Em um país onde o acesso ao crédito muitas vezes depende da garantia dada pela propriedade imobiliária, o registro torna-se imprescindível para a expansão das atividades econômicas.

Por outro lado, a complexidade do sistema registral também traz desafios que demandam constante atualização e evolução. Questões como a desburocratização do processo, a digitalização dos registros e a integração entre os diversos órgãos que atuam no setor são fundamentais para garantir que o Direito Registral Imobiliário se mantenha eficiente e adaptado às novas realidades do mercado.

Em síntese, a introdução ao Direito Registral Imobiliário revela sua importância não apenas como um aspecto legal, mas também como um pilar fundamental para a efetivação do direito à propriedade e para a promoção de um ambiente econômico saudável e seguro. O estudo e a compreensão desse campo são, portanto, essenciais para qualquer profissional que atue na área do Direito e do mercado imobiliário, evidenciando a necessidade de um contínuo aperfeiçoamento e atualização em seu desenvolvimento.



2. Os Princípios Fundamentais do Registro de Imóveis

Os princípios fundamentais do registro de imóveis são diretrizes essenciais que orientam a prática registral e garantem a segurança jurídica nas transações imobiliárias. No contexto do Direito Registral Imobiliário, esses princípios desempenham um papel crucial, não apenas na facilitação do acesso à informação, mas também na proteção dos direitos de propriedade e erradicação de litígios ou incertezas acerca da posse e titularidade de bens.

Um dos princípios mais relevantes é o da ****publicidade****. Esse princípio assegura que os registros realizados nos cartórios são de conhecimento público, permitindo que terceiros acessem informações sobre a situação jurídica dos imóveis. A publicidade é fundamental para a transparência das relações jurídicas e do mercado imobiliário, permitindo que compradores, credores e demais interessados verifiquem a regularidade dos títulos de propriedade e a existência de ônus ou restrições que possam afetar a negociação.

Outro princípio basilar é o da ****legalidade****, que determina que todos os atos registrados precisam observar a legislação vigente. Isso significa que somente são considerados válidos os registros que respeitam as formalidades legais e os requisitos estabelecidos pelo ordenamento jurídico. Esse princípio garante que haja um controle sobre a legitimidade dos atos



jurídicos, assegurando que as transações sejam feitas de acordo com a lei.

O princípio da **irretroatividade** também desempenha um papel importante, estipulando que os efeitos dos registros são válidos a partir do momento em que são realizados, ou seja, não retroagem para atingir atos anteriores que não foram registrados. Esse princípio oferece segurança aos adquirentes, assegurando que as obrigações e direitos decorrentes de qualquer ato registrado não podem ser desconsiderados em virtude de uma transação posterior não registrada.

Ademais, o princípio da **prioridade** estabelece que, em situações de conflitos de títulos ou direitos sobre um mesmo bem, prevalece aquele que foi registrado primeiro. Este princípio é essencial para resolver disputas e garantir que os direitos sejam devidamente respeitados, conferindo aos titulares uma proteção adicional em suas aquisições.

Os princípios da **continuidade** e **integridade** também são significativos. O princípio da continuidade implica que há uma sequência lógica nos registros, onde a cadeia dominial é facilmente verificável, favorecendo a segurança das transações. Já o princípio da integridade garante que todo e qualquer bem registrado deve ser identificado de forma completa e detalhada, incluindo suas características e eventuais restrições, evitando ambiguidades que possam levar a interpretações errôneas.



Por fim, a ****oponibilidade**** dos registros é um princípio que confere ao registro eficácia contra terceiros, reforçando que todos são obrigados a respeitar o que foi anotado ou registrado, assegurando que os direitos registrados não podem ser ignorados ou contestados sem um devido processo legal.

Em suma, os princípios fundamentais do registro de imóveis estabelecem um arcabouço teórico e prático que favorece a segurança, a transparência e a justiça nas relações imobiliárias. A compreensão e a aplicação desses princípios são vitais para qualquer profissional da área do Direito Registral Imobiliário, que deve sempre operar dentro dessa estrutura para garantir a proteção dos direitos dos envolvidos nas transações.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

3. Análise Detalhada dos Atos Registráveis no Sistema Imobiliário

No contexto do Direito Registral Imobiliário, a análise dos atos registráveis é fundamental para compreender como se operacionaliza a segurança jurídica e a publicidade dos direitos de propriedade. Este sistema possui como objetivo primordial garantir a estabilidade das relações imobiliárias, oferecendo aos cidadãos e ao mercado confiança quanto à titularidade e ao estado dos bens imóveis.

Os atos registráveis no sistema imobiliário podem ser classificados em duas grandes categorias: os atos de transferências de direitos e os atos que afetam a estrutura do imóvel. Dentro da primeira categoria, incluem-se a compra e venda, a doação, a permuta e a cessão de direitos. Cada um desses atos carrega consigo particularidades que exigem atenção especial dos profissionais que atuam na área. Por exemplo, na compra e venda, é necessário verificar a regularidade do título de propriedade do vendedor e a inexistência de ônus ou gravames sobre o imóvel, a fim de evitar futuras disputas e garantir a segurança da transação. A formalização do contrato por meio da escritura pública é essencial, especialmente quando se envolve imóveis de valor elevado ou quando a parte vendedora optar por um registro mais robusto, que ofereça segurança adicional ao adquirente.

Além das transferências de direitos, ações como a hipoteca, a penhora e a



usucapião também são atos registráveis que possuem impactos significativos no patrimônio do proprietário. A hipoteca, por exemplo, é um mecanismo que garante o cumprimento de uma obrigação com a propriedade imóvel, permitindo que o credor exija o pagamento da dívida mediante a venda do imóvel, caso não haja quitação. É crucial que a hipoteca seja devidamente registrada para que tenha eficácia frente a terceiros, garantindo assim a proteção dos interesses do credor.

Outro aspecto a ser considerado é a usucapião, que, embora se trate de uma forma de aquisição da propriedade, requer o registro para assegurar a regularização do imóvel. O registro da usucapião é fundamental para conferir ao usucapiente a plena titularidade do bem, pois a falta do registro poderia permitir que terceiros questionassem a nova titularidade, resultando em insegurança jurídica.

Ainda dentro do escopo do Direito Registral Imobiliário, outros atos como a constituição de servidões, a instituição de condomínio e as anotações relacionadas a ações de usucapião, bem como modificações das características do imóvel, como desmembramento ou remembramento, devem ser registrados. Esses processos são essenciais para que todos os que possuem interesse no imóvel tenham acesso à informação acerca de sua situação e características jurídicas.



A responsabilidade pelo registro recai sobre os cartórios de registro de imóveis, que atuam como o primeiro ponto de verificação dos documentos apresentados e organizam toda a informação relacionada aos bens imóveis de sua circunscrição. É importante que esses profissionais estejam capacitados e atualizados em relação à legislação vigente e às práticas registrárias, uma vez que erros no registro ou falhas na verificação de documentos podem acarretar nulidades, criando conflitos futuros.

Assim, a análise detalhada dos atos registráveis revela não apenas a complexidade das operações imobiliárias, mas também a necessidade de um sistema registral robusto e eficiente. Tal sistema não apenas protege os direitos dos proprietários, mas também contribui para a integridade e estabilidade do mercado imobiliário, essencial para o desenvolvimento econômico do país.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

4. Os Principais Desafios enfrentados pelo Registro Imobiliário

O registro imobiliário desempenha um papel crucial na estruturação da propriedade, assegurando a segurança jurídica das transações e a proteção dos direitos de propriedade. Contudo, esse sistema enfrenta diversos desafios que comprometem sua eficácia e eficiência, e que merecem atenção cuidadosa.

Um dos principais desafios é a qualidade e a atualização das informações registradas. Em muitos casos, os registros de propriedades estão desatualizados ou incompletos, o que pode resultar em disputas judiciais e insegurança para os proprietários. Isso se agrava principalmente em áreas urbanas densas e em regiões com alta especulação imobiliária, onde o ritmo das transações supera a capacidade dos cartórios de registrar as alterações de forma precisa e no tempo adequado.

Além disso, a burocracia excessiva e a complexidade dos procedimentos cartorários podem desestimular os cidadãos de formalizar suas propriedades, criando um ciclo de informalidade que por sua vez, prejudica a arrecadação e o planejamento urbano. Essa realidade é especialmente evidente em áreas rurais e em comunidades de baixa renda, onde o acesso à formalização de propriedades é limitado.



Outro desafio significativo é a resistência à modernização. Embora a tecnologia traga oportunidades para otimizar os processos de registro, muitos cartórios ainda operam com sistemas antiquados, dependentes de documentos em papel. Essa resistência pode ser atribuída a uma combinação de fatores, como a falta de investimento, a necessidade de treinamento dos oficiais de registro e o medo do desconhecido em relação às novas práticas digitais.

A falta de integração entre os registros públicos também é um entrave. Em muitos países, os registros imobiliários, tributários e de bens móveis operam de forma independente, o que torna difícil a realização de um diagnóstico completo sobre a propriedade e impede um olhar mais amplo sobre o mercado imobiliário. Essa fragmentação pode gerar incertezas sobre a titularidade e dificultar a execução de políticas públicas relacionadas à habitação e ao uso do solo.

Por fim, alinhando-se a estes aspectos, há a questão da desinformação e da falta de consciência de direitos por parte da população. A grande maioria dos cidadãos não compreende plenamente a importância do registro imobiliário e como ele pode proteger seus direitos patrimoniais. Isso demanda um esforço contínuo de educação e conscientização, que envolva tanto os órgãos governamentais quanto a sociedade civil.



Estes desafios não são triviais, e a superação deles exige uma combinação de vontade política, investimento em infraestrutura, capacitação de recursos humanos e planos de educação para a população. A evolução do registro imobiliário está intimamente ligada à capacidade de enfrentar e resolver esses obstáculos, garantindo que a função social da propriedade possa ser cumprida com segurança e eficiência.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

5. A Influência das Novas Tecnologias no Registro de Imóveis

O advento das novas tecnologias trouxe uma revolução significativa na forma como os registros de imóveis são realizados e geridos. A digitalização de processos, por exemplo, facilitou o acesso à informação, proporcionando maior eficiência e celeridade nos trâmites registrários. Com os sistemas eletrônicos de registro, os cartórios de imóveis passaram a disponibilizar serviços online, permitindo que os usuários realizem diversas operações sem a necessidade de deslocamento físico. O acesso remoto aos dados do registro proporciona uma transparência essencial, reduzindo o risco de fraudes e garantindo a segurança jurídica das transações imobiliárias.

Outra inovação importante é a utilização de blockchain, que traz consigo a promessa de um registro imutável e seguro. Essa tecnologia pode transformar a maneira como as propriedades são registradas, uma vez que cada transação relevante pode ser registrada em um bloco, criando um histórico público e cronológico da propriedade. Assim, a blockchain não só aumenta a confiança nas informações registradas, mas também dificulta a adulteração de dados, uma preocupação constante no direito registral imobiliário.

Além disso, a integração de sistemas de inteligência artificial (IA) promete otimizar a análise documental e a verificação de conformidades necessárias



para o registro. Algoritmos inteligentes podem ajudar na identificação de inconsistências e na classificação de documentos, acelerando o processo de registro e minimizando a margem de erro humano. A IA também pode auxiliar na previsão de demanda, melhorando a alocação de recursos nos cartórios e, assim, garantindo que o atendimento aos usuários seja ainda mais eficaz.

A implementação de assinaturas eletrônicas é outra novidade que merece destaque. Elas podem ser usadas para validar documentos de forma rápida e segura, facilitando a formalização de contratos e a transferência de propriedade, enquanto mantém o rigor necessário para a autenticidade dos atos. Isso não apenas acelera o processo, mas também reduz custos com papel e logística.

Por último, a disseminação de informações via aplicativos móveis é uma tendência crescente. Com isso, os usuários podem acessar dados relevantes sobre propriedades de qualquer lugar, além de possibilitar a realização de consultas e pedidos de informações diretamente pelo smartphone. Essa comodidade, além de aumentar a participação da sociedade no acompanhamento dos registros, promove a desburocratização do processo registral.

Entretanto, a adoção de novas tecnologias também apresenta desafios,



especialmente em termos de proteção de dados e privacidade. Com a digitalização, é crucial que haja uma regulamentação clara que assegure a proteção dos dados pessoais e a segurança das informações registradas. Em um ambiente cada vez mais conectado, a vulnerabilidade a fraudes e invasões se torna uma preocupação que deve ser levada em consideração ao implementar novas ferramentas.

Em suma, a influência das novas tecnologias no registro de imóveis é inegável e multifacetada. Elas não apenas prometem aumentar a eficiência e a segurança das operações registradas, mas também exigem uma adaptação constante dos profissionais do Direito e dos legisladores. O futuro do registro imobiliário dependerá da capacidade de incorporar essas inovações de forma responsável e ética, garantindo que os princípios fundamentais do direito registral continuem a ser respeitados.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

6. Considerações Finais sobre a Evolução do Direito Registral Imobiliário

A evolução do Direito Registral Imobiliário ao longo do tempo reflete não apenas as transformações na sociedade, mas também a necessidade de assegurar a estabilidade e a segurança jurídica nas relações relacionadas à propriedade. O registro de imóveis, em sua essência, surge como uma resposta a demandas históricas de regularidade e transparência no mercado imobiliário, elementos essenciais para o desenvolvimento econômico e social.

Historicamente, o Direito Registral Imobiliário passou por diversas fases, desde as práticas informais e rudimentares de controle de propriedade até a consolidação de sistemas registrários formais, que se tornaram cruciais para a proteção dos direitos dos proprietários. O fortalecimento da figura do registro e a imposição de sua obrigatoriedade facilitaram a garantia de direitos, a aquisição segura de bens e a promoção do crédito, refletindo a confiança do público no sistema.

Nos tempos atuais, a modernização do Direito Registral Imobiliário ocorre de maneira acelerada, impulsionada pelas novas tecnologias que, ao serem incorporadas, transformam a maneira como os registros são realizados e acessados. A digitalização dos registros permite maior agilidade e eficiência nos processos, reduzindo custos operacionais e respeitando a transparência



necessária para a confiança da sociedade no sistema. Esse movimento em direção à inovação não é apenas uma tendência, mas uma necessidade premente diante da crescente urbanização e complexidade das relações imobiliárias.

Entretanto, a evolução do Direito Registral Imobiliário não está isenta de desafios. Em um mundo em constante transformação, é fundamental que as legislações acompanhem as práticas emergentes, garantindo proteção contra fraudes e assegurando que todo cidadão tenha acesso igualitário ao registro de sua propriedade. A educação e a conscientização da população quanto à importância do registro imobiliário são igualmente vitais, uma vez que muitas pessoas ainda desconhecem seus direitos e deveres neste aspecto.

Além disso, a integração entre os registros públicos e as diversas esferas do direito, como o urbanismo e o direito civil, deve ser reforçada. Isso permitirá que os sistemas de registro atuem de maneira sinérgica, criando uma rede de proteção mais robusta à propriedade, beneficiando tanto proprietários quanto investidores. O aperfeiçoamento contínuo das normas e práticas registrárias possibilitará que o Direito Registral Imobiliário atenda mais efetivamente às demandas da sociedade, promovendo não apenas a segurança jurídica, mas também a inclusão social por meio da regularização de propriedades e postos de trabalho.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Em suma, a evolução do Direito Registral Imobiliário é um reflexo direto das transformações sociais e econômicas. A busca por um sistema mais eficiente, seguro e acessível deve ser uma constante entre legisladores, registradores e a sociedade civil. Para que o Direito Registral Imobiliário cumpra seu papel fundamental na proteção dos direitos de propriedade, é crucial que permanecemos vigilantes e adaptáveis às mudanças que estão por vir, sempre com o objetivo de promover justiça social e desenvolvimento sustentável.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

5 citações chave de Direito Registral Imobiliário - Volume II

1. "O registro imobiliário é a garantia da segurança jurídica nas relações de imóveis, oferecendo proteção ao direito de propriedade e promovendo a estabilidade social."
2. "A publicidade registral é um dos princípios fundamentais do direito registral, garantindo a transparência e o conhecimento dos direitos reais sobre imóveis."
3. "A imutabilidade dos registros é crucial para a confiança nas negociações imobiliárias, pois assegura que os efeitos são duradouros e respeitados."
4. "O princípio da continuidade do registro imobiliário é essencial para evitar conflitos de interesses, assegurando que os direitos sejam respeitados ao longo do tempo."
5. "O processo registral requer não apenas a formalização de documentos, mas também um profundo conhecimento das normas e da jurisprudência aplicáveis, permitindo a efetividade dos direitos registrados."





Digitalizar para baixar



Bookey APP

Mais de 1000 resumos de livros para fortalecer sua mente

Mais de 1M de citações para motivar sua alma

Clipes de ideias de 3 minutos

Acelere seu progresso

Evitar Críticas em Relacionamentos Interpessoais

Criticar os outros apenas provoca resistência e prejudica a autoestima deles, despertando ressentimento ao invés de resolver problemas. Lembre-se de que qualquer tolo pode criticar, mas é preciso caráter e autocontrole para ser compreensivo e perdoar.

Exemplo(s) ▶

Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas

Mantenha a Sequência

Desafio de crescimento de 21 dias

Desafio de Crescimento Pessoal de 21 Dias

Meta diária: 0/5 min
Leia ou ouça para atingir sua meta

1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20

DIA 21
Obter recompensa do desafio

0 vezes
Você completou

Descobrir Biblioteca Eu

Escolha sua área de foco

Quais são seus objetivos de leitura?

Escolha de 1 a 3 objetivos

- Ser uma pessoa eficaz
- Ser um pai melhor
- Ser feliz
- Melhorar habilidades sociais
- Abrir a mente com novos conheci...
- Ganhar mais dinheiro
- Ser saudável

Continuar